

Interações e ações dos sujeitos na cultura da gestão de resíduos

Maria de Lourdes Borges¹

Robinson Henrique Scholz²

Nathalia Amaral Pereira de Souza³

Inge dos Santos Christmann⁴

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar as interações e ações dos sujeitos na cultura da gestão de resíduos de uma cooperativa de recicladores (Cootre – Esteio/RS). Utilizou-se uma abordagem qualitativa e o método do estudo de caso (YIN, 2001) na Cootre. Os resultados das análises indicam que as interações de trabalho promovem uma cultura de gestão de resíduos em que as práticas efetivas do trabalho associado podem ser compreendidas como práticas de autogestão e da economia solidária. (SINGER, 2000; GAIGER, 2004). Observou-se também que a autogestão se estabelece independentemente da ação direta da líder, que possui um papel mais estratégico.

Palavras-chave: Interações, cultura de gestão, reciclagem.

Subjects's actions and interactions in the culture of waste management

Abstract

This article aims to analyze the interactions and actions of individuals in the culture of waste management of a cooperative of recyclers (Cootre - Esteio / RS). We used a qualitative approach in the case study method (YIN, 2001) in Cootre. The results indicate that the interactions of work promoting a culture of waste management in the effective practices of associated work can be understood as practices of self-management and solidarity economy. (SINGER, 2000; GAIGER, 2004). It was also observed that the self-management establishes independent of the direct action of the leader, who has a more strategic role.

Keywords: Interaction, management culture, recycling

¹ Professora Pesquisadora do Mestrado Memória Social e Bens Culturais da Unilasalle (Canoas). Doutora em Administração.. E-mail: <maria.borges@unilasalle.edu.br>

² Professor e pesquisador do Unilasalle Canoas / Tecnosocial. Doutorado em andamento em Ciências Sociais (Unisinos). Mestre em Ciências Sociais (Unisinos). E-mail: <robinson.scholz@unilasalle.edu.br>

³ Graduanda em Psicologia; Bolsista de Iniciação Científica Unilasalle Canoas. E-mail: <nathalia.apsouza@gmail.com>

⁴ Graduação em gestão de pessoas; bolsista de iniciação científica. E-mail:<inge@prodasul.com>

Introdução

A gestão de resíduos preocupa há muito tempo a humanidade. (EIGENHEER, 2009). Para a saúde da população, torna-se indispensável saber o destino que o lixo terá depois de deixar as residências. Os aterros sanitários, de triagem, de reciclagem e também de compostagem, são lugares essenciais para que os resíduos sejam adequadamente direcionados. (AYACH; MARQUES; PHILIPPI, 2012). A emergência de uma cultura voltada para questões ambientais e pautada em ações conscientes em relação ao destino dos resíduos contribui na constituição de organizações coletivas de catadores que operam no campo da reciclagem, orientadas pelos princípios da economia solidária e do cooperativismo. Elas têm se mostrado como uma forma de produção e distribuição de trabalho e renda diferenciada do modelo capitalista. Esse movimento vem sendo transformado e retransformado com o passar do tempo por aqueles que estão à margem do mercado de trabalho (SINGER, 2000).

Frente ao contexto em questão, é que este artigo tem por objetivo analisar as interações e ações dos sujeitos na cultura da gestão de resíduos em uma cooperativa de recicladores em Esteio/RS. A cultura de gestão é entendida, no presente estudo, como uma dinâmica processual, própria da essência da liderança. (SCHEIN, 2004). Compreendê-la no âmbito dos recicladores pode mostrar-se, a princípio, ao observador externo, como algo da ordem do sujo, descartável e inglório. (PORTILHO, 1997). Porém, para os catadores, trabalhar com o lixo possui outro significado: entendem que lidam com resíduos que lhes trazem possibilidades e esperança de um futuro melhor. Para os recicladores, o lixo é considerado vida e fonte de renda, pois é a partir dele que suas necessidades são supridas. Nesse sentido, andam na contramão da lógica da sociedade e da simbolização de impureza que a população associa ao lixo, uma vez que, para eles, este, além de precioso, representa a vida. (FRAGA, 2007).

O artigo ora apresentado se inspira na busca pelo entendimento da ação de sujeitos que realizam seu trabalho em meio aos resíduos sólidos urbanos e que, em conjunto, conseguem perseguir objetivos complexos a partir do trabalho em prol da produtividade coletiva para fins individuais, em última instância. É fruto do Projeto de Pesquisa *Dinâmica dos Processos Organizacionais na Estratégia como Prática: resultados criativos e aprendizagem a partir das interações dos sujeitos*, liderado pela primeira autora e promovido pelo Centro Universitário La Salle/Canoas.

Nesse contexto, torna-se importante o estudo da maneira como os membros da cooperativa realizam suas atividades diárias, que terminam por formar uma cultura de gestão de resíduos naquele ambiente. A metodologia privilegiada é a qualitativa e a estratégia de pesquisa é um estudo de caso. A Cootre (Cooperativa de Trabalho de Recicladores de Esteio), cooperativa que compõe o cerne do nosso estudo de caso, realiza suas ações de associação desde 2004, mas apenas em 2012 consolidou-se cooperativa, através de um movimento que associou os catadores na busca por melhores perspectivas para o trabalho e também de parcerias com o poder público. Atualmente, são quinze cooperados a realizar um trabalho de coleta seletiva do município de Esteio (RS), e a cooperativa recebe um recurso mensal para custeio, assim como o fornecimento do prédio e de equipamentos e a assistência de água e energia elétrica.

O contexto de pesquisa deste artigo torna-se interessante do ponto de vista do aprendizado relativo à maneira como a coletividade pode se organizar em prol do bem comum. Em redutos de economia solidária, observa-se que os membros sentem-se mais motivados para o trabalho em um ambiente de autogestão, princípio que fundamenta a relação coletiva. Encontrar-se-ão evidências de autogestão

em uma organização regida por princípios cooperativos? Quais as características das ações dos sujeitos encontradas no contexto de pesquisa? Como a cultura da gestão de resíduos se concretiza no caso estudado? Eis algumas questões que incitam o presente artigo na busca pela compreensão das interações e das ações dos sujeitos na cultura da gestão de resíduos em uma cooperativa de recicladores.

O artigo apresenta, primeiramente, o referencial teórico que aborda uma introdução à história do lixo e aos mecanismos de atuação de uma cooperativa de resíduos sólidos. Em seguida, é descrita a metodologia norteadora do presente estudo, bem como a contextualização da cooperativa. A análise e a discussão dos dados são seguidas das considerações finais, que pretendem trazer avanços teóricos e empíricos aos estudos referentes à economia solidária.

1 Perspectiva histórica do lixo: uma introdução

A humanidade produz lixo há milênios, mas ainda poucos se preocupam em colocar em sua pauta diária a importância e a complexidade deste assunto que atinge toda a sociedade. Emílio Maciel Eigenheer é um dos pesquisadores pioneiros terem se preocupado com a questão ambiental no Brasil. Seu livro, *História do Lixo* (2009), traz uma importante contribuição à questão sob o ponto de vista histórico. Compreender como a sociedade tem lidado com tal problemática envolve o entendimento de que apenas há alguns séculos é que se começou a fazer uma distinção entre o lixo que produzimos através de nossas atividades e os dejetos produzidos por nosso corpo, interpretação que se consolida a partir do século XIX (EIGENHEER, 2009). A percepção da necessidade de limpeza remonta à era neolítica. Naquela época, as pessoas já queimavam o lixo e procuravam levá-lo a lugares afastados de onde viviam. (EIGENHEER, 2009). Todavia, o problema era menor quando os povos eram nômades, uma vez que seus lixos ficavam para trás. Porém, com a fixação de aldeias e cidades, por volta de 4.000 a.C., é que se começa a prestar mais atenção ao destino do lixo e ao que fazer com ele. (EIGENHEER, 2009). Quando as imediações das aldeias começaram a se transformar em um monte de esterco, foi se observando a fertilidade daquele espaço. (MUNFORD, 1965 apud EIGENHEER, 2009, p. 16). Logo se começou a construir um dualismo em relação ao lixo, o qual remonta à Antiguidade: a necessidade do afastamento do lixo em contrapartida de sua utilidade.

No período medieval, não havia associação entre a higiene e a prevenção de doenças, uma vez que as causas das pestes eram atribuídas à punição divina. (VELLOSO, 2008). Dessa maneira, os resíduos de urina, fezes e águas sujas eram jogados indiscriminadamente pela janela, sem qualquer preocupação com seu descarte. Como também não havia preocupação com a limpeza de roupas e utensílios, era comum a proliferação de pulgas e insetos, o que gerava alto índice de mortalidade infantil, entre outras coisas. Mesmo na atualidade, não se encontram muitos autores que tratem com profundidade o tema do lixo, talvez até porque ele é finito e isso nos remeta ao ciclo natural de vida e morte. Destaca-se ainda que o conceito “lixo” foi sendo substituído pelo conceito “resíduo” a partir do século XIX (EIGENHEER, 2009), acepção privilegiada neste artigo, a partir daqui. Para Eigenheer (2009, p. 15), o termo lixo contém certa ambiguidade, enquanto que a expressão “resíduo sólido” refere-se ao termo técnico identificador do lixo seco.

No final do século XIX é que foram obtidas algumas incipientes informações, ensaios manuscritos de quando foram construídas as primeiras empresa de coleta de lixo e de tratamento de esgoto.

No momento em que se abastece uma cidade com água, alimentos e materiais, também se faz necessário pensar o destino dos resíduos e em que eles se transformam. Cada vez mais, torna-se mais im-

portante a preocupação com o local destinado para despejar cada tipo de lixo produzido. Durante toda a história da humanidade, a prática do trabalho de desabastecimento, o trabalho com os resíduos em si, é associada aos excluídos sociais, tais como escravos, prisioneiros, mendigos etc. (EIGENHEER, 2009).

Com o passar do tempo, houve evolução no tratamento dos resíduos e na preservação do meio ambiente. A comunidade internacional passa a se preocupar, desde 1960, com os limites do desenvolvimento sustentável, quando se iniciaram as discussões em torno dos riscos de degradação do meio ambiente. (VEIGA; RATTNER, 2006). A partir da preocupação com o que fazer com os resíduos, emerge a dos riscos provenientes da falta de manuseio correto dele, e as pessoas começaram a percebê-lo como um problema ambiental. Contudo, observa-se que, apesar da descoberta da degeneração de nosso *habitat* por meio de resíduos biológicos, tóxicos e letais à saúde humana e do planeta, as autoridades continuavam a ignorar e a negligenciar o despejo de tais substâncias. (VELLOSO, 2008).

Implicações e debates no âmbito da sociedade civil e do estado e as grandes inovações e mudanças em relação ao assunto (EIGENHEER, 2009) podem ser percebidas em países como a Alemanha, por exemplo, o qual sempre reproduziu uma imagem de país limpo e organizado. Eles já adotavam, antes da Segunda Guerra Mundial, ações como a cobrança de taxa municipal para a coleta do lixo e para o saneamento básico. Mesmo assim, não havia, à época, uma preocupação com o destino dos resíduos, principalmente o industrial. A realidade ainda poluidora teve mudanças com o advento da Segunda Guerra Mundial, devido à necessidade de reconstrução das cidades e de reaproveitamento de tudo que fosse possível, em função da escassez. Os métodos criados e aperfeiçoados nesse período e sua eficácia, principalmente no que se refere à gestão de resíduos sólidos, influenciou o modelo de limpeza urbana proposto para aquele país. Mesmo hoje, a legislação referente à coleta e ao despejo de lixo não indica que sua aplicação seja generalizada, já que, de tempos em tempos, há necessidade de intervenção e da elaboração de decretos mais rígidos e cobrança de multas, por não estarem sendo cumpridas tais leis, o que indica ineficácia nas ações utilizadas. (EIGENHEER, 2009).

O Brasil contemporâneo é exemplo quando se observa apenas o sistema de coleta e tratamento de lixo em alguns grandes centros; porém, os locais que não estão organizados ou sequer possuem um sistema eficaz nessa tarefa são esquecidos. (EIGENHEER, 2009). Quando o tema é resíduo, deve-se saber distinguir bem três aspectos importantes, que envolvem essa questão: a coleta, o destino e as formas de tratamento dispensado a ele, com o intuito de poder reaproveitar e diminuir seu volume. (EIGENHEER, 2009). Dentre os métodos de tratamento e descarte, podemos citar a incineração, a reciclagem e a compostagem, a qual atua como forma de tratamento, por meio da produção de fertilizantes orgânicos. (EIGENHEER, 2009).

Além disso, observa-se que a coleta, o destino e o tratamento dos resíduos não ocorreram de forma linear ao longo da história. A discussão em torno dos resíduos e do seu processo histórico mostra-se importante para poder sinalizar um pouco do desenvolvimento do significado do lixo e suas aplicações ao longo do tempo. Não é pretensão deste artigo estabelecer uma revisão do contexto histórico da limpeza urbana, mas ajudar com subsídios para uma discussão ampla, envolvendo o cotidiano da vida dessas pessoas, que lidam com o lixo diariamente, bem como poder traçar um perfil sócio-histórico e cultural através de metodologias específicas, capazes de nortear a compreensão do sentido de estratégia e liderança, no interior de um ambiente tão diferenciado de trabalho. (EIGENHEER, 2009).

Nessa compreensão, o Brasil possui uma diversidade de possibilidades de atuação no campo do trabalho com o lixo, que vão desde o trabalho de catação individual até as empresas especializadas em

reciclagem. Neste estudo, cabe destacar a diferença entre os catadores das ruas e os que trabalham em organizações coletivas de catadores, caso das associações e das cooperativas, as quais podem receber apoio de prefeituras para o desenvolvimento do seu trabalho e/ou serem contratados para realizarem o serviço público da coleta seletiva. Assim, as mencionadas possibilidades de trabalho levam os catadores individuais a se cooperativarem nessas iniciativas e, assim, almejar melhores condições de ascensão profissional e social, como é o exemplo do presente estudo, ocupado com a COOTRE.

As cooperativas de lixo participam com uma média de 60% de todos os resíduos reciclados no país, viabilizando a entrada de materiais a um custo mais baixo nas indústrias, já que não possuem, por exemplo, encargos trabalhistas que se, por um lado favoreceriam ao trabalhador, por outro sobrecarregariam os custos, dificultando a concorrência com as indústrias. (EIGENHEER, 2009). As cooperativas são aliadas da limpeza urbana, mas também possuem vida e regras próprias. Uma comunidade que precisa não só ser estudada ou analisada, mas também ouvida, a fim de que se possa perceber a dimensão de seu mundo e a importância de suas decisões diárias para que tal parceria cresça e fortaleça ambas as partes envolvidas. (EIGENHEER, 2009).

2 Mecanismos de atuação de uma cooperativa de resíduos sólidos

A discussão acerca da geração e da gestão do lixo e ainda da reciclagem dos resíduos sólidos urbanos vem constituindo ponto de pauta de discussão econômica, social e política no mundo todo. (MAZZEI; CRUBELATTE, 2011). O lixo, que antes era visto como descarte, algo sem valor econômico, hoje é tido como gerador de riquezas, tanto no que diz respeito à reciclagem dos resíduos sólidos urbanos e da compostagem quanto a toda a cadeia produtiva que permeia tal desenvolvimento. Frente a isso, é que as cooperativas de reciclagem de resíduos sólidos, na sua grande maioria composta por catadores, merecem destaque de atenção e compreensão no seu funcionamento.

Sen (2000), ganhador do Prêmio Nobel de Economia, afirma a importância dos empreendimentos econômicos associativos como fator de mudanças sociais, não apenas em termos de benefícios econômicos, mas no modo de pensar das pessoas envolvidas. Talvez o esforço para o estabelecimento da junção entre ética e economia contribua para vislumbrar novas perspectivas teórico-práticas, concernentes ao que chamamos de economia solidária.

Nos últimos anos, por meio dos princípios filosóficos do cooperativismo, a economia solidária vem assumindo uma nova dimensão, tornando-se um caminho alternativo para o problema do desemprego. Singer (2000) observa que a economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram marginalizados no mercado de trabalho.

A opção por uma cooperativa ou empreendimento econômico solidário se dá pela possibilidade de construção da democratização dos ganhos de produção, orientando a redução de taxas de desemprego e projeta a possibilidade de autogestão. (SCHOLZ, 2009). Ela incorpora os princípios cooperativos e visa elaborar uma saída democrática e participativa para a produção e a prestação de serviços no modo de produção capitalista. (SINGER, 2002). Quando surge uma nova organização solidária, surge também uma lógica complementar diferente. Para Singer (2000), a origem de um empreendimento solidário é formada por ex-empregados de uma mesma empresa capitalista ou por companheiros de jornadas sindicais, estudantes, ligas comunitárias etc.

Na sua criação, os futuros sócios interagem à medida que fazem cursos de cooperativismo, associativismo, adquirem uma preparação profissional e se estruturam politicamente ao elaborar o estatuto do empreendimento. Nas formações são adotadas as práticas de educação popular, com vistas à integração entre os conhecimentos populares e os acadêmicos, no sentido da valorização dos saberes. (ADAMS, 2009).

Frente aos processos de formação com os trabalhadores da economia solidária, observa-se que, no mundo globalizado, introduz-se uma série de incertezas e promove-se a exclusão social de parcelas cada vez maiores da população. Anteriormente ao fenômeno da globalização, as antigas relações de trabalho, bem ou mal, integravam as pessoas em uma sociedade de classes, grupos ou comunidades. (DUPAS, 2001).

Segundo Singer (2000), o cooperativismo tem uma lógica diferente da capitalista, mesmo que inserido nela. O que faz o paradigma principal da economia solidária, alicerçada no cooperativismo, expor o locus no trabalho coletivo, como forma de flexibilização do trabalho, e uma inversão nas relações, com o cooperado se tornando, ao mesmo tempo, empregado e dono de empreendimento e responsável pela produção e pelo resultado da mesma no lucro coletivo do empreendimento.

Nessa concepção, o trabalho não se restringe à ação produtora de mercadorias, mas abrange o sentido mais amplo de toda ação criadora ou transformadora, que relaciona uma pessoa ou um grupo social consigo próprio, com outros e/ ou com a natureza (...). Pela atividade humana do trabalho, o ser humano se insere na experiência de participação ativa como sujeito social. (ADAMS, 2009, p. 50).

O capitalismo contemporâneo impôs novas formas de utilização da força de trabalho e novos modos de regulação estatal, legitimados em função de processos como a globalização.

Em termos marxianos, o capitalismo pós-moderno caracteriza-se como a fase da subsunção real da sociedade ao capital. Essa subsunção também se dá quando da generalização das relações capitalistas, que saem das fábricas e passam a atingir o âmbito de todas as formas de produção. Assim, a educação para o trabalho coletivo é de grande importância, “[...] pois desenvolver estratégias de educação que associem esta ao trabalho e à perspectiva de emancipação política, social e econômica da população excluída”. (POCHMANN, 2004).

Nesse diapasão, emergem as cooperativas populares, integradas essencialmente por trabalhadores desempregados, que nelas buscam não somente uma alternativa para o desemprego, mas uma resposta ao capitalismo contemporâneo, por oportunizar geração de trabalho e renda com inclusão social. No contexto em análise, as iniciativas populares, não somente sob a organização de cooperativas, mas também do associativismo em geral, passam a ser assessoradas por entidades públicas ou privadas, quando da formação e desenvolvimento desses empreendimentos e da realização de eventos, tais como feiras e fóruns para a manutenção e reafirmação da própria economia solidária sob a lógica da autogestão. (SANTOS, 2004).

Uma unidade de autogestão é aquela cujos membros formam um grupo e governam a si mesmos. Com isso, seus componentes tornam-se gerentes diretos através de uma democracia participativa de inclusão e desenvolvimento. (CASTANHEIRA; PEREIRA, 2008).

A autogestão diz respeito à capacidade que os membros de um empreendimento têm de geri-lo com eficiência na ausência de um especialista. Esse fato faz com que haja um descrédito nas empresas que são solidárias, pois existe muito mais uma pressão de uma cultura capitalista dominante, segundo a qual, há uma descrença generalizada na capacidade de “meros trabalhadores” gerirem com eficiência. (ALBUQUERQUE, 2003).

Aliás, a gestão é um dos pontos fundamentais para as organizações. De acordo com

as diferentes lógicas e racionalidades (BAJOIT, 2006) que as movimentam, a gestão do espaço das organizações encontra-se em três esferas que convivem em simbiose: a dos organismos mercantis, a das instituições públicas estatais; e a das organizações da sociedade civil.

Existem os empreendimentos mercantis, sedimentados por uma lógica utilitária, que buscam sua atuação pela operação de maximização econômica dos recursos em prol do benefício privado, de que utilizam princípios, instrumentos e ferramentas a favor do máximo lucro, conhecida por gestão empresarial. (SCHOLZ, 2009).

Por outro lado, há organizações que operam sob o signo da solidariedade e da ajuda mútua. Elas representam um amplo aspecto de natureza associativa, atuando no espaço da sociedade civil organizada, denominado gestão social ou gestão dos empreendimentos que atuam no campo social. Na participação efetiva nesses modelos de associação, Dupas (2001, p. 220) defende a ideia de que é preciso “incentivar de todas as maneiras formas de associação que permitam um contínuo treinamento para o exercício de uma política democrática ativa e gerem instrumentos de equilíbrio de poder e solidariedade local”. Contudo, faz-se necessária a observação de que uma das características mais marcantes das sociedades contemporâneas

[...] é o fato de a desigualdade material ou econômica estar, em larga medida, relacionada com a desigualdade não-material; sobretudo com a educação desigual, a desigualdade das capacidades comunicativas e expressivas e ainda de oportunidades para organizar interesses e para participar autonomamente em processos de tomada de decisão significativa na vida política (VERONESE; GUARESCHI, 2005, p. 63).

Nessa concepção, França Filho (2004) observa que, numa análise de gestão social, cabe um duplo enfoque: primeiro, em torno da gestão de problemáticas sociais (perspectiva macro) e outro, na direção de haver uma especificidade no modelo de gestão mais apropriado a formas particulares de organizações que brotam da sociedade civil.

Contudo, as associações são as organizações que mais têm se destacado na atuação da esfera de uma gestão social porque não perseguem objetivos econômicos. Logo, que modelo de gestão poderia ser aplicado a um empreendimento solidário? Uma das respostas pode estar na autogestão.

É importante considerar, porém, que ela não substitui as ferramentas de gestão fundamentais à sustentabilidade econômica e social de qualquer empreendimento. Sobremaneira, os empreendimentos autogestionários deverão dispensar uma maior atenção aos cenários externos, aos concorrentes, à diversificação e à construção de um Plano de Negócio específico para as suas realidades. O cerne da questão não está no fato de os empreendimentos autogestionários utilizarem a inovação tecnológica como ferramenta competitiva, mas sim em não reproduzirem o modelo hierárquico capitalista existente. (SCHOLZ, 2009).

Há vários tipos de empreendimentos coletivos, os quais também podem ser chamados de solidários, classificados segundo sua forma de atuação. Dentre eles: cooperativas, associações e grupos formal e informalmente organizados.

Para a tomada de decisão acerca da abertura de um empreendimento, é fundamental ter consciência de que tipo de empreendimento se está construindo. Os empreendimentos solidários têm como finalidade principal propiciar oportunidades de trabalho em grupo, buscando encontrar nelas as melhores alternativas para alcançar objetivos comuns. (LAVILLE, 2009). Enquanto a sociedade mercantil oferece oportunidade de trabalho, buscando obter lucros para a satisfação de particulares.

Assim, conforme reforçam Santos e Meneses (2009), as experiências sociais vivenciadas produzem práticas e resultados, e produzem/reproduzem os contextos, gerando conhecimento. Tais dispositivos de produção e reprodução emergem do engajamento de atores sociais comprometidos. Contudo, isso poderá ser percebido e potencializado se os sujeitos em interação adotarem lógicas de solidariedade e reciprocidade (BAJOIT, 2006) para o exercício coletivo do trabalho autogestionário, tornando mais conscientes as disputas competitivas (até certo ponto inevitáveis, mas, se trazidas à esfera pública organizacional, manejáveis).

Dentre os empreendimentos solidários, encontra-se o associativismo ou ação associativa, traduzidos como qualquer iniciativa formal ou informal que reúna um grupo de pessoas ou empresas para representar e defender os interesses dos associados e estimular o desenvolvimento técnico, profissional e social dos mesmos. Trata-se de uma sociedade civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria.

A prestação de serviço ou o trabalho de produção e comercialização de mercadorias de forma associativa são alternativas para a expansão de trabalho e o crescimento econômico no Brasil. (SINGER, 2002). Podemos citar como exemplos das iniciativas em estudo as associações de artesãos, costureiras, assim como a associação de microempresários, comerciantes, produtores e recicladores etc.

Segundo Veiga (2001), não existe, no associativismo, uma formalização de princípios, mas buscou-se fazer uma sistematização de alguns básicos para a atuação das associações: Princípio da Adesão Voluntária e Livre; Princípio da Gestão Democrática pelos Sócios; Princípio da Participação Econômica dos Sócios; Princípio da Autonomia e Independência; Princípio da Educação, Formação e Informação; Princípio da Interação e, Princípio do Interesse pela Comunidade.

Corroborando os princípios citados, a produção autogestionária no Brasil estabelece a sua história como um movimento social, pois, a despeito do mercado restrito e dos (ainda) relativamente poucos segmentos trabalhados, vem crescendo significativamente e tomando forma de movimento social ao articular diversos atores que lutam por transformações no campo social e político. (VERONESE, 2004).

O intuito da fundação de uma associação é buscar, pela via do somatório de esforços, dinheiro, equipamentos, vontades e ideais para manter pessoas integradas a um grupo, de maneira que elas desenvolvam suas potencialidades e sejam incluídas na sociedade. No caso das cooperativas de reciclagem (ou usinas de triagem), a finalidade é a de segregar os materiais de resíduos sólidos urbanos. As usinas de triagem são divididas em duas categorias: *centros de triagem* – das frações inorgânica e orgânica recicláveis – e de *compostagem* – da fração orgânica putrescível.

O aspecto mais importante na fase de implantação de uma cooperativa de triagem é, sem dúvida, a escolha da área de implantação, ou seja, o espaço físico e geográfico para o projeto. Na sequência, apresentam-se os itens a serem levados em consideração na escolha:

Quadro 1: Itens necessários para uma cooperativa de reciclagem

Espaço físico interno para a locação de equipamentos	Espaço para movimentação de materiais e pessoas
Área para recepção e expedição	Equipamentos de combate a incêndio, hidrantes e extintores
Ventilação apropriada	Área para estocagem de materiais beneficiados
Rede elétrica dimensionada para suprir o consumo dos equipamentos	Condições físicas e estruturais do local de implantação
Iluminação apropriada, preferencialmente natural	Área reservada para a administração/escritório
Fácil localização, o mais próximo possível dos compradores (menor custo com transporte)	

Fonte: A autoria própria

As funções básicas desses sistemas são reduzir a quantidade de resíduos enviada para os aterros sanitários e, ao mesmo tempo, preservar os recursos naturais através da reciclagem de materiais.

O processo que envolve as usinas pode ser dividido em Recepção e estocagem, Triagem (manual ou mecanizada) dos materiais, Trituração e tratamento biológico (normal ou acelerado) da matéria orgânica (compostagem). A Figura 1 oferece um esboço do que seria um centro de triagem.

Figura 1: Centro de Triagem da Cootre



Fonte: Acervo dos autores. Fotografia realizada em 19/12/2012.

No contexto prático e conceitual em foco é que se inserem e se desenvolvem os empreendimentos de reciclagem, imbuídos pela contradição entre a competitividade (lógica do mercado capitalista) e a cooperação (lógica da solidariedade). No campo de disputa pela sobrevivência, é que se desenvolve a pesquisa ora apresentada.

3 Metodologia

O presente estudo está centrado no âmbito das ciências sociais, no qual se busca a compreensão do mundo social por meio de estudos empíricos. (STABLEIN, 2001). O objetivo é compreender como se processam os fenômenos da gestão na concepção dos sujeitos inseridos em um contexto de economia solidária. O referido espaço de estudo e observação, pelo próprio meio onde está inserido, por si já merece um estudo mais detalhado dos sujeitos que fazem tal processo de trabalho ser funcional.

Sendo assim, aqui se adotou uma abordagem qualitativa, procurando entender o nível mais profundo dos significados, motivos e valores através da linguagem e da vida cotidiana. Devido ao alto grau de complexidade, há necessidade de se delimitar as questões a serem analisadas e seus fenômenos (MINAYO; SANCHES, 1993), o que foi adequado ao objeto do estudo apresentado.

Utiliza-se a pesquisa qualitativa como uma técnica que propicia desvendar fenômenos pungentes, como a ação cotidiana do participante no problema, história ou relatos de vida, análise de conteúdos, entrevistas, a fim de que possamos vislumbrar a situação na sua totalidade. (COSTA; COSTA, 2001).

Um dos planos de pesquisa que melhor se identifica na investigação de processos organizacionais como os estudados no caso presente refere-se às ações desenvolvidas no cotidiano dos atores, os quais desconhecem os paradigmas de criação de ferramentas de gestão, vistas como objetos de estudo. (COLLIS; HUSSEY, 2005).

Sob tal prisma, entende-se que o uso do método de estudo de caso se faz adequado, uma vez que, segundo Yin (2001), ele possibilita uma análise global e um entendimento geral dos fenômenos ocorridos em situações da vida real, no caso específico aqui tratado, nas interações percebidas em um ambiente de trabalho multidisciplinar.

Yin (2001) percebe o estudo de caso como uma verdadeira estratégia de pesquisa. Trata-se de uma investigação de um fenômeno contemporâneo no interior do seu próprio ambiente, norteado claramente em diversas fontes de evidência, as quais necessitam conjugar para o propósito teórico delimitado na coleta e na análise dos dados.

As técnicas de coleta de dados aplicadas neste artigo são: a entrevista em profundidade, com o propósito de compreender as reais condições e visão a respeito do tema. A observação participante, que complementa e valida as informações levantadas e, para finalizar, a técnica documental, que serviu para mapear as ações já realizadas pela cooperativa.

A entrevista em profundidade é a técnica fundamental da pesquisa qualitativa. Tem como objetivo primário entender o significado das respostas do entrevistado em contextos que não foram estruturados anteriormente a partir de suposições do pesquisador. (Roesch, 2005). De acordo com Bauer e Gaskell (2002), o pesquisador não orienta a investigação através de perguntas pré-determinadas, e sim as coloca como que um convite ao entrevistado para falar longamente, com suas próprias palavras e com tempo para refletir.

Pelo envolvimento dos autores deste artigo, a observação participante é a segunda técnica empregada, a qual ocorre quando o pesquisador tem permissão para realizar a pesquisa e todos sabem a respeito de seu trabalho. (ROESCH, 2005).

A técnica documental, segundo Roesch (2005), é a mais utilizada em trabalhos de pesquisa, configurando os dados secundários e sendo constituída por documentos como relatórios, manuais, políticas organizacionais, definições de projetos.

Frente às técnicas adotadas, foram realizadas oito entrevistas semi-estruturadas gravadas e depois transcritas em 34 páginas de transcrição e 16 horas de observação, registradas em diários de campo, além de análise de documentos da cooperativa. Ressalta-se que, neste artigo, os nomes, a identificação e os rostos (nas imagens) dos sujeitos de pesquisa foram suprimidos e descaracterizados para fins de manutenção do seu anonimato. A opção deve-se a uma decisão dos pesquisadores, com vistas à preservação da identidade em prol do respeito aos sujeitos da pesquisa.

Para a interpretação dos dados, foi aplicada a técnica de análise de conteúdo. (BARDIN, 1977; BAUER E GASKELL, 2002), a qual considera os “tipos”, as “qualidades”, e as “distinções” no texto antes de realizar qualquer quantificação. Empreende uma codificação por meio de procedimentos sistemáticos, metodicamente explícitos e replicáveis, que criará uma nova informação acerca do mesmo texto. (ROESCH, 2005).

As técnicas de análise aplicadas no presente artigo seguem a proposta de Yin (2001), que

demonstra ser essa a etapa na qual o exame deve ser realizado; a classificação e a categorização dos dados, levantados e as evidências com as propostas iniciais do estudo de caso, recombinações.

4 Contextualização da cooperativa

Para que se possa compreender de onde parte a interpretação proposta no estudo aqui descrito, é apresentada, nesta seção, a história da Cootre, desde a sua fundação como associação até a sua organização cooperativa, instaurada em 2013. Fundada em 2004, a partir da necessidade de um grupo de catadores para continuar exercendo o trabalho como forma de garantir o seu sustento, a ARCA (Associação dos Recicladores e Catadores) emerge como uma possibilidade concreta de geração de trabalho e renda para o perfil de trabalhadores em questão. A Arca está localizada na cidade de Esteio/RS, região metropolitana de Porto Alegre, com 80.755 habitantes (IBGE, 2010), município com índices elevados de violência. No começo da associação, para compor um número mínimo de associados, algumas mulheres saíam nas ruas do bairro, “recrutando” pessoas para consolidar a associação. As pessoas selecionadas, em sua maioria, eram vizinhos, parentes e catadores conhecidos da vizinhança e das ruas. Com a mediação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, o grupo passaria a ocupar o galpão da referida Secretaria e, em seguida, se juntaria a outro, que já trabalhava no local, formando, assim, a ARCA.

Com o passar dos anos, a ARCA obteve avanços significativos no processo produtivo e na consolidação do seu trabalho no município, realizando o processo de coleta seletiva porta a porta, por meio dos próprios catadores, com a cedência de um caminhão pela Prefeitura Municipal de Esteio. Além disso, possuem a cedência do prédio para a triagem dos resíduos sólidos e usufruem de sua infraestrutura – esteira, prensas, balança, refeitório, sanitários, luz e água – a qual é subsidiada pela Prefeitura. Mas isso não era o suficiente para a ARCA.

Em 2011, com o desenvolvimento da associação e o estabelecimento de parcerias com organizações que lhe prestam assessoria por meio de projetos sociais, inicia o debate na associação, objetivando mais um avanço em sua organização jurídica: tornar-se cooperativa. Tal compreensão surge a partir da clareza dos associados em relação à importância, para a sociedade, do trabalho realizado, bem como à construção de políticas públicas favoráveis ao setor da reciclagem. Então, com o apoio da Incubadora de Empreendimentos Solidários do Tecnosocial Unilasalle, em agosto de 2012, a Arca torna-se cooperativa e passa a ser denominada Cootre: Cooperativa de Trabalho de Recicladores de Esteio. Os desafios ainda postos para a cooperativa residem na busca de legitimação de um contrato de prestação de serviços da coleta seletiva, por meio de remuneração pelo trabalho desenvolvido. Assim, os trabalhadores envolvidos no projeto (hoje 15 pessoas, conforme os dados de janeiro de 2013) realizam o trabalho de coleta seletiva no município, recebendo uma ajuda de custo mensal para a realização do mesmo.

5 Análise e discussão dos dados

Como a premissa compreensiva deste artigo é a cultura da gestão de resíduos, as análises dos dados são divididas em duas subseções, a fim de atender os objetivos específicos. Na primeira, buscam-se respostas para compreender os significados sócio-culturais do trabalho com resíduos sob a ótica dos catadores da Cootre. Na segunda, procura-se analisar as estratégias estabelecidas pelos cooperativados da Cootre frente às interações políticas e econômicas no campo da reciclagem.

5.1 Significados sócio-culturais do trabalho sob o ponto de vista dos catadores

As análises indicam que os significados sócio-culturais do trabalho, sob o ponto de vista dos catadores, acontecem na prática por meio de uma teia relacional, que vai sendo tecida no trabalho diário com resíduos. As evidências apontam que os cooperados buscam contribuir para que haja união e colaboração dentro da cooperativa em prol de interações de trabalho que promovam uma cultura de gestão dos resíduos, o que pode ser verificado na percepção da entrevistada A: *“Eu acho bom. É um clima bom, a gente tem união”*.

Além disso, evidenciou-se a presença de auxílios mútuos para que haja um melhor andamento no trabalho associado, também facilitando a consecução das tarefas. *“É sempre assim, a gente tudo se une, né. Pra fazer, nenhuma faz sozinha”*. (ENTREVISTADA B). A conexão existente entre a percepção da união e a sua prática efetiva de condução do trabalho contribui para com os estudos acerca da autogestão e da economia solidária (SINGER, 2000; VERONESE, 2004), no que se refere à autonomia em relação ao trabalho e à cooperação, valores e princípios básicos de uma cooperativa. Para corroborar tal entendimento, consta a seguinte anotação no Caderno de Campo da Observadora 1: *“percebe-se que a interação do grupo é feita de maneira quase familiar, quando notamos a maneira como se vestem, dialogam e transitam entre cada processo de trabalho”*.

Observa-se que a divisão de tarefas é estabelecida na cooperativa estudada a partir de uma compreensão mútua das atividades a serem realizadas pelos cooperados, conforme já apresentado. Fica evidente que todos sabem as responsabilidades no grupo de trabalho: uns ajudam os outros a se colocarem nas tarefas ainda pendentes. A fala da entrevistada A comprova o que estamos afirmando: *“Ah, quando a gente tá no funil, umas tão carregando lixo, quando umas tão varrendo, outras tão se dividindo na coleta”*. A autogestão (VERONESE, 2004) aqui é evidenciada, bem como a participação (SINGER, 2000; SCHOLZ, 2009) no trabalho coletivo, ações que vão além do modelo funcional de trabalho. A Figura 2 mostra um exemplo de como o trabalho coletivo é realizado e a maneira cooperativa solidária com que os catadores trabalham.

Figura 2: Catadores trabalhando de maneira cooperativa



Fonte: Acervo dos autores. Fotografia realizada em 19/12/2012.

Igualmente, observou-se que a designação das tarefas é determinada pela necessidade do trabalho a ser realizado em cada momento. Todos têm a consciência de que o trabalho deve ser executado e dividido entre a totalidade dos cooperados. Por exemplo, o escopo da fala da entrevistada C: “*E pra va...varr...varrer, uns vão varrendo, outros vão ajuntando, outros vão carregando lixo, tudo se ajuda*”, demonstra a preocupação e a solidariedade (SANTOS, 2004) necessárias no trabalho, no sentido de potencializar as lógicas de ação coletiva (BAJOIT, 2006), tal como pode ser observado na Figura 2.

Mesmo sendo todos cooperados, a organização do trabalho leva em conta as relações de gênero, evidenciadas na observação e nas entrevistas coletadas. Entre os cooperados, há a preocupação de deixar o trabalho do abastecimento e triagem na esteira para as mulheres, por ser considerado mais leve, enquanto para os homens, é reservado o trabalho mais pesado, que corresponde ao puxar os fardos e *bags* para a prensa e à prensagem dos resíduos. Tais decisões são tomadas pelo próprio grupo de trabalho, sem a interferência da liderança. “*Ah, a gente divide por grupo, né. Nós homens aqui fazemos o trabalho do, de, de prensar, puxar os bags, ajuda a desmancha a coleta*” (ENTREVISTADO E). Assim, pode-se verificar a importância das lógicas de solidariedade e reciprocidade (BAJOIT, 2006), fundamentais para o trabalho em grupo, além do respeito para com a divisão das tarefas. Ressalta-se ainda que, na cooperação, a igualdade é ponto de partida para que haja a democracia necessária (SCHOLZ, 2009) tanto nas relações de trabalho produtivo quanto no trabalho de gestão do empreendimento. É possível observar na Figura 3 a maneira como o grupo estabelece critérios para a divisão de tarefas com base nas relações de gênero e de solidariedade.

Figura 3: Divisão de tarefas com base em relações de gênero e de solidariedade



Fonte: Acervo dos autores. Fotografia realizada em 19/12/2012.

Corroborando com esta análise, verifica-se que o controle mútuo do trabalho é facilitado pelo fato de que todos os profissionais conhecem todas as tarefas (devido ao rodízio diário) e, por isso, sabem dos detalhes e exigências para a realização de um trabalho com alta produtividade, potencializando a autogestão. (SINGER, 2002). Isso pode ser evidenciado no trecho da entrevista: “*Nós já sabemos antes o que temos que fazer quando chegamos aqui [pela manhã]*”. (ENTREVISTADA A). Algumas tarefas mais específicas, tais como a prensagem, a coleta, o secretariado e a tesouraria já possuem pessoas determinadas para tais funções, devido às suas especificidades ou especificidades, mas que podem, também, entrar no rodízio para a aprendizagem e prática. A fala da entrevistada L ilustra nossa afirmação: “*Mas tem, tem os responsáveis das tarefas, tem a esteira, a prensa, tem desmanche, a coleta lá em cima, tem o responsável do caminhão,*

então são quatro na coleta, os coletores, quatro coletores. Ah! três preenseiros e o restante trabalha na produção, na esteira, é isso, separando". (ENTREVISTADA L).

Nota-se a contribuição expressiva na orientação das principais funções da produção; contudo, não foram sinalizadas as funções de gestão, liderança e administração. (SCHOLZ, 2009). Isso fica claro quando olhamos para a rotina de trabalho na Cootre, que começa às 8 horas da manhã e se estende até as 18 horas.

Conforme relatam os entrevistados A e D, "É, nós fizemo a esteira, carregamo o lixo, varremo bem varridinho, daí seis, seis hora nos tamo indo embora. Mas primeiro nós deixamo tudo limpinho aqui". (ENTREVISTADA A). Portanto, a preocupação central dos cooperados reside na produção, o que denota a preocupação ampliada com a sustentação da cooperativa, alicerçada em seu mote de atuação: a reciclagem. A Figura 4 mostra as tarefas de separação de resíduos de papelão. Na Cootre, todos os cooperados trabalham em todas as funções, respeitando, no entanto, as características individuais. Por exemplo, na data que em os pesquisadores visitaram a cooperativa, eram esses dois homens que faziam o serviço de triagem do papelão, os quais também podem auxiliar em outras frentes, como é o caso da prensagem dos resíduos.

Figura 4: Divisão de tarefas de maneira rotativa



Fonte: Acervo dos autores. Fotografia realizada em 19/12/2012.

Aliando a questão da produção e as práticas de gestão da Cootre, entende-se o desenvolvimento do processo de timescracia participativa de inclusão, em que seus membros podem se desenvolver e crescer individual e, por consequência, coletivamente.

Os aspectos de autogestão giram em torno da preocupação dos cooperados no que se refere à produção. As discussões e a atenção centram-se na busca empreendida por eles no sentido de que todos estejam produzindo conforme padrões estabelecidos coletivamente, a fim de que não haja atrasos e o trabalho seja realizado com êxito. Observa-se na fala do entrevistado E que as regras são aspectos centrais no trabalho diário: "*De não, assim, de brigar, de discussão não, mas só [...] trabalho, entendeu, regras,*

né". Nesse sentido, os conflitos (VERONESE, 2004) ocorrem com o intuito de acelerar o desempenho dos colegas, através da necessidade de controle do trabalho uns dos outros. Veja-se o exemplo da fala do entrevistado E: *"Um cobra do outro, pergunta pro outro, 'faz isso', 'faz aquilo', 'tu não vem', 'por que tu não veio?', 'porque' né"*. Não há uma sistematização ou clareza quanto à maneira como tais regras são estabelecidas e disseminadas. Observou-se que elas (SINGER, 2000) são estabelecidas coletivamente, com base na experiência individual em cada função, uma vez que há um rodízio nas funções e, portanto, nas tarefas, fazendo com que todos os cooperados tenham as mesmas responsabilidades e atividades dentro da Cootre. Nesse sentido, todos possuem o mesmo conhecimento a respeito do trabalho e, por isso, estabeleceram formas para conferir a maneira como os pares trabalham. (SANTOS, 2004).

Esse aspecto faz com que os desentendimentos evidenciados refiram-se ao não cumprimento de responsabilidades pré-estabelecidas, gerando, com isso, muitas vezes, a necessidade da intervenção da liderança para amenizar tais conflitos, o que se dá por meio do diálogo. (BAJOIT, 2006). O aspecto pode ser percebido na fala da entrevistada L: *"O único desentendimento que dá é que um cobra que a outra está devagar, que a esteira não tá andando. Ah! a frente não anda, os fundos não anda, aí se ofende com o grupo de trás, aí se o grupo de trás faz mais rápido, ele cobra da frente, o da frente é mais rápido cobra o de trás. É besteiras entendeu? Aí tem que ter uma pessoa cabeça, centraliza isso e não deixa virá um grande atrito"*.

Observou-se ainda a necessidade de as pessoas novas, que são inseridas no trabalho da cooperativa, se adequarem ao modelo de autogestão adotado, o que nem sempre é fácil. Observa-se a questão nas falas do entrevistado E e da entrevistada C. *"Ele saiu porque nós cobrava dele isso daí né, trabalho, ajuda, cooperação, né... Daí nós pegava no pé dele isso aí. Acabou saindo"*. (ENTREVISTADO E). E também: *"Às vezes as pessoas vem e vê o jeito que é e às vezes não gosta e vão embora. Eu acho que é isso"*. (ENTREVISTADA C).

Conclui-se que "o jeito que é" refere-se tanto às características técnicas relativas ao conhecimento do trabalho em si quanto aos aspectos comportamentais da gestão, especialmente no que se refere aos aspectos do controle mútuo do trabalho, da definição coletiva das tarefas (SCHOLZ, 2009); às discussões relativas aos aspectos internos e externos da cooperativa; enfim, ao modo da autogestão do trabalho que é realizado na Cootre.

Verifica-se que a autogestão do trabalho (SANTOS, 2004) está contida em uma visão voltada à produtividade operacional do trabalho. Nesse sentido, o controle mútuo e a organização coletiva do trabalho convergem para o faturamento da cooperativa, o qual é dividido de maneira equitativa entre os cooperados, no final de cada mês. A lógica da cooperativa é a possibilidade de construção da democratização dos ganhos de produção (SCHOLZ, 2009; LAVILLE, 2009), motivação que rege as ações dos cooperados. A líder da cooperativa percebe o tópico em questão da seguinte maneira: *"Todos cuidam de todos e todos cobram todos. Aí tem uns que vão pro banheiro, ficam uma hora lá, não voltam. Aí viu quem faltou. Aquele vai lá: ó cadê o fulano, vamos chamá. Um cobra o outro, o outro. Um vê, tá muito parado ali na esteira, na produção, a outra cobra: ó dá uma mexidinha, vamos trabalhar, é nosso espaço, vamos se dá a mão, temo que se mexe, parado a gente não ganha dinheiro. Então um fica cobrando o outro: parceiro vê quem tá conversando lá em cima, dá uma chamada, sabe?"*.

Identifica-se que a liderança intervém na autogestão da produção quando há desentendimentos maiores. Os desentendimentos existentes referem-se ao não cumprimento de responsabilidades pré-estabelecidas, gerando, com isso, muitas vezes, a necessidade da intervenção da liderança para amenizar esses con-

flitos, o que se dá através do diálogo. (BAJOIT, 2006). A líder comenta que *“O único desentendimento que dá é que um cobra que a outra está devagar, que a esteira não tá andando. Ah a frente não anda, os fundos não anda, aí se ofende com o grupo de trás, aí se o grupo de trás faz mais rápido, ele cobra da frente, o da frente é mais rápido cobra o de trás. É besteiras entendeu? Aí tem que ter uma pessoa cabeça, centraliza isso e não deixa virá um grande atrito”*. Nesse sentido, percebe-se que a líder realiza uma negociação das contendas (SCHOLZ, 2009), representando um importante papel dentro da economia solidária.

O bom relacionamento entre liderança e cooperados contribui para que o trabalho seja feito com mais atratividade e motivação. Há também uma preocupação dos cooperados com relação ao trabalho, com que todos estejam trabalhando nos mesmos níveis de produtividade e velocidade, o que também contribui para a existência de alguns desentendimentos. Por exemplo, o trecho da entrevista do entrevistado E: *“De, não, assim, de brigar, de discussão não, mas só sobre, que nem eu falei há pouco, trabalho, entendeu, regras, né. A gente quer que cumpra as regras”*.

Observa-se no ambiente em estudo que as interações com a liderança são parecidas com as que acontecem em empresas tradicionais, porém distintas. Concorda-se com Singer (2000) e seu entendimento de que o cooperativismo tem uma lógica diferente da capitalista, mesmo inserido nela. Na cultura de gestão de resíduos, entendida neste contexto como de autogestão, a liderança possui um papel instaurador da ordem, o que não significa estar sob seu controle direto, mas sim, no compartilhamento da liderança. (SCHOLZ, 2009), cuja formalização tem mais uma representação política e da ordem do que de comando e controle do grupo de trabalho.

A partir das análises anteriormente registradas, é possível buscar respostas para a compreensão dos significados sócio-culturais do trabalho com resíduos sob a ótica dos catadores da Cootre, onde as diversas formas de organização do trabalho, do relacionamento entre os cooperados, bem como o processo de condução das ações com o lixo, reflete na cultura de gestão dos resíduos, demonstrando a lógica de atuação para com o trabalho autogestionário.

Na seção a seguir, serão analisados os dados à luz dos referenciais teóricos, com a intenção de responder ao segundo objetivo específico, que é o de analisar as estratégias estabelecidas pelos cooperativados da Cootre frente às interações políticas e econômicas no campo da reciclagem.

5.2 Estratégias de interações políticas e econômicas na Cootre

Observa-se que uma das estratégias utilizadas pelos cooperados para conseguir a matéria-prima de seu trabalho, que são os resíduos, é a catação de resíduos recicláveis nas residências do município de Esteio. Essa catação é realizada de forma organizada, através de um acordo com a Prefeitura, que disponibiliza caminhão e motorista para a coleta seletiva no município. Dois catadores realizam o trabalho de recolhimento de resíduos recicláveis diretamente nas residências, acompanhando o motorista em caminhões da Prefeitura destinados para tal fim. Há uma rotina definida em relação à coleta dos resíduos nas residências e em outros locais, e a chegada dos caminhões à sede da cooperativa é o momento em que, às vezes, todos os cooperados auxiliam no que eles denominam desmanche. A rotina de um dos catadores responsáveis pelo referido trabalho pode ser entendida melhor na fala do entrevistado: *“Eu chego aqui de manhã, lá pelas oito, oito horas a gente pega o caminhão e sai, daí eu chego oito horas da noite em casa”*. (ENTREVISTADO D). No dia a dia, após o despejo dos resíduos em área determinada, é feita a triagem

grossa, na qual vidro e sucatas grandes são colocados em *containers* e o papelão, separado. O restante dos resíduos é colocado no funil grande para cair na esteira onde será feita a triagem. “*E aí vai dois fazem a triagem da rua. Separa papelão da coleta da rua, os plásticos vem tudo pra esteira, papelão vem direto aqui pro guri ir prensando. Separemo os vidros lá em cima, botemo lá no container de vidro. As sucatas grandes também botemo no container, depois disso vai pra esteira faz a triagem, [depois] da triagem os guriis prensam*”. (ENTREVISTADA L). A Figura 5 mostra como é realizada a primeira triagem dos resíduos tal como chegam do caminhão. Observa-se um *container* com materiais como vidros e sucatas grandes, conforme explicado pela Entrevistada L.

Figura 5: Primeira triagem do material que chega do caminhão



Fonte: Acervo dos autores. Fotografia realizada em 19/12/2012.

Dessa maneira, observa-se que a cultura na gestão de resíduos na Cootre não é somente centrada na triagem de resíduos realizada na sua sede, mas também se estende às residências de moradores do município de Esteio. Em algumas, têm a liberdade de entrar na casa deles para pegar os resíduos previamente separados, o que demonstra uma relação de confiança (BAJOIT, 2006) que extrapola os limites da organização cooperativa e cria vínculos com a comunidade. Nesse sentido, podem-se perceber aspectos de mudança no modo de pensar das pessoas envolvidas na problematização da gestão de resíduos, conforme aponta Sen (2000), uma vez que os envolvidos na problemática compreende toda a sociedade e não somente os catadores, associações e entidades públicas ou privadas preocupadas com a questão. Além disso, a reflexão corrobora a compreensão de Valduga e Oliveira (2011) de que o “lixo” deve ser visto como um patrimônio cultural, uma vez que ele será herdado pelas gerações futuras.

A relação social estabelecida entre os cooperados e os moradores das comunidades atendidas remete às lógicas (FRANÇA FILHO, 2004) de articulação social (entre os atores e as pessoas envolvidas, em prol de uma (re)significação do trabalho e manuseio dos resíduos); políticas, quando tratadas sob o aspecto da implantação de políticas públicas para a reciclagem e as negociações e mobilizações necessárias (FRAGA, 2007); e ambientais, quando estabelecidas as práticas e as ações com foco na redução dos impactos gerados pelos resíduos.

Em suma, frente aos processos de formação dos profissionais da economia solidária, observa-se que, no mundo globalizado, uma série de incertezas é introduzida e promovida a exclusão social de parcelas cada vez maiores da população. Anteriormente a esse mundo globalizado, as antigas relações de trabalho, bem ou mal, integravam as pessoas em uma sociedade de classes, grupos ou comunidades. (DUPAS, 2001). A constatação está ancorada na fala da entrevistada C: *“Precisa, estava entre vinte [Cooperados]. Poucos, né, uns foram embora, outros não ficam, outros não gostam do serviço e vão”*. A questão em pauta ainda é fruto da interpretação existente do trabalho com o lixo, de que não se trata de uma profissão, mas de um trabalho temporário, em um momento em que não se tem outra atividade ocupacional remunerada. Assim, as contradições são estabelecidas no contexto em estudo, ora na visão da geração de trabalho e renda e valorização do catador organizado em cooperativas, ora na exclusão, vista pela sociedade e pelo senso comum, em que o trabalho com o lixo é a extensão da vida desestruturada do ator social envolvido.

Para enfrentar essas visões, a Cootre promove ações diretas com seus parceiros, comunidade e poder público, buscando sua colocação no mercado e valorização da catação em forma de cooperativa. A partir das parcerias realizadas e da articulação desempenhada, tanto política quanto econômica, as estratégias vão ao encontro de uma melhora do empreendimento, em diversas áreas, como é o caso da seguridade social, conforme a fala da entrevistada L: *“Então, não tem porque se ruim né? A única coisa que é ruim até então, é que a gente não tinha nada de Convênios, nem INSS, a gente não tinha vale transporte, vale-refeição. Então isso é muito difícil, porque o custo do dia a dia do trabalho nosso não, não deixa nos beneficiar desse benefício né? Agora formando cooperativa, como associação a gente não tinha, formando cooperativa, tá prá vir vários benefício né? Podemos incluir a refeição, um transporte prá busca, o INSS. Vai ficar melhor pra nós ainda, nem pra nós era um sonho, isso aí era um sonho no passado, hoje é realidade. Então vamos ver como vai se”*.

Assim, com base nas análises anteriores, pode-se responder ao segundo objetivo específico, salientando que as práticas políticas realizadas pela Cootre estão alicerçadas, ainda, nas instâncias micropolíticas, sem extrapolar para ações externas ao município de Esteio, o que poderia vir a potencializar o seu trabalho cooperado.

Considerações Finais

Este artigo buscou compreender como as interações e ações dos sujeitos contribuem para uma cultura da gestão de resíduos de uma cooperativa de recicladores. Por meio do estudo de caso em uma economia solidária, a Cootre, torna-se possível concluir que a cultura da gestão vigente no ambiente operacional, neste momento na cooperativa, é a da autogestão.

Observa-se que a cultura da autogestão forma-se pela ação de indivíduos de relativamente baixa escolaridade formal. Em geral, a cultura da gestão de resíduos embasa-se em uma tradição de atores sociais cuja formação educacional corresponde aos níveis elementares. Um aspecto importante a ser salientado é que os sujeitos desse contexto possuem um desenvolvimento formativo não legitimado por instituições educacionais tradicionais, mas sim, capacitação recebida pelas entidades sociais parceiras e que prestam assessoria ao empreendimento. Esse desenvolvimento formativo provém de parcerias com projetos sociais. No exemplo da Cootre, elas acontecem por meio do Tecnosocial (Centro Universitário La Salle).

Salienta-se que, no ambiente de trabalho analisado, a autogestão é evidenciada no ambiente produtivo de maneira espontânea. Nesse contexto, os cooperados mostraram-se responsáveis não apenas por suas tarefas, mas também em fazer com que seus pares desempenhassem satisfatoriamente as respectivas atribuições. Assim, por conta de tal contexto, observou-se a ocorrência de cobranças mútuas, as quais acabam por gerar pequenos conflitos diários que, por serem ocasionais, não produzem grandes dificuldades na continuação dos processos de convivência e de realização dos trabalhos.

Além e por conta disso, os resultados das análises indicam que o trabalho realizado na cooperativa é fruto de uma teia relacional que se forma, na maioria das vezes, em um clima de união e colaboração. Portanto, as evidências indicam que as interações de trabalho promovem uma cultura de gestão de resíduos em que a prática efetiva do trabalho associado pode ser compreendida como prática de autogestão e da economia solidária. (SINGER, 2000; GAIGER, 2004).

Dessa feita, a autogestão pode ser compreendida como o paradigma que os membros daquela comunidade (cooperativa) efetivamente seguem em sua prática diária. Uma das evidências é a maneira como os cooperados realizam a divisão de tarefas do trabalho diário, sem a presença ou interferência da líder. Nesta prática, os cooperados decidem a organização da divisão de tarefas, considerando as responsabilidades individuais e as necessidades do trabalho a ser realizado em cada momento a partir de um rodízio dos cooperados nas diversas funções da produção. O controle do trabalho é estabelecido coletivamente por meio de métodos de cobrança mútua da produtividade. Além de cada cooperado realizar o seu trabalho, observa-se o rendimento do trabalho dos outros, com a prerrogativa de ser cobrado/a quando há o entendimento da existência de deficiências na produtividade. Nesse sentido, são relatados conflitos, entendidos pelos cooperados como em prol da maior celeridade no processo produtivo. Assim, a autogestão se estabelece independentemente da ação direta da líder, que possui um papel estratégico, voltando-se a aspectos externos como a venda de matéria-prima, aspectos burocráticos etc.

Portanto, pode-se concluir que no grupo pesquisado ocorre a autogestão, uma vez que os próprios cooperados estabelecem e seguem as regras próprias na direção de metas coletivas, conforme estabelecido por Castanheira e Pereira (2008). Nesse sentido, podem-se perceber aspectos de uma democracia participativa (GAIGER, 2004) por meio da autogestão. O ritmo de trabalho acontece na Cootre através de um controle entre os pares, exercido por todos os cooperados. A partir do momento em que não há trabalho fixo em uma área específica e todos conhecem a organização de trabalho produtivo, desde encher o funil, passar deste para a esteira e depois realizar a seleção dos resíduos, abre-se uma prerrogativa para que cada um possa cobrar o outro. Todavia, conforme os dados da pesquisa, na gestão do empreendimento, no que se refere ao trabalho administrativo (presidência, secretaria, tesouraria, financeiro e os conselhos), a autogestão não possui a mesma intensidade do que a observada na produção, já que a exigência de mais instrução e engajamento se faz necessária.

Assim, por meio da organização dos cooperados, observa-se o nascimento de uma cooperativa na qual, através das interações e ações dos sujeitos, estes colocam em prática uma cultura de gestão de resíduos voltada para a autogestão, mostrando a possibilidade real da democratização dos ganhos de produção e de sustentabilidade. Além disso, a cultura da gestão de resíduos praticada pela Cootre mostra a possibilidade da redução de taxas de desemprego através da prática da autogestão, ponto destacado por Singer (2002). Salienta-se ainda que a realidade social debatida neste artigo está inserida em um contexto histórico e econômico complexo, restando muitos outros aspectos para serem aprofundados em futuros

trabalhos, tais como uma maior problematização da liderança, da estrutura formal, das relações sociais e políticas, dentre tantos outros que compõem a questão.

A Cootre mostra que a cultura da gestão de resíduos centra-se na descoberta realizada pelos seres humanos há milênios, qual seja, a da relação entre a vida e os resíduos. Para além de um entendimento romantizado, em um contexto repleto de desigualdades, as palavras da líder da cooperativa simplificam essa verdade: *“O lixo é vida, é material, é sustento. Até chegá aqui, pra mim era lixo comum, não sabia que desse lixo que eu tocava fora todo dia sustentava uma família”*.

Referências

- ADAMS, Telmo. *Educação e Economia Popular Solidária*. Aparecida: Ideias e Letras, 2009.
- ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto. Autogestão. In: CATTANI, Antonio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- AYACH, Lucy Ribeiro; MARQUES, Alessandra De Melo Lima; PHILIPPI, Daniela Althoff. A riqueza no lixo: uma análise da destinação e aproveitamento dos resíduos sólidos recicláveis no município de Aquidauana/MS. *Acta Geográfica*, v. 6, p. 207-225, 2012.
- BAJOIT, Guy. *Tudo muda: proposta teórica e análise de mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas*. Ijuí: Ed. Ijuí, 2006.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BAUER, Martin; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, figura e som*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CASTANHEIRA, Maria Eugênia Monteiro; PEREIRA, José Roberto. Ação coletiva no âmbito da economia solidária e da autogestão. *Revista Katálysis*. V.11, n. 1, p. 116-122, jan-jun. 2008.
- COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. *Pesquisa em Administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- COSTA, Marco Antonio F. da; COSTA, Maria de Fátima B. da. *Metodologia da pesquisa: conceitos e técnicas*. Rio de Janeiro: Interciência, 2001.
- DUPAS, Gilberto. *Economia Global e Exclusão Social: Pobreza, Emprego, Estado e o Futuro do Capitalismo*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- EIGENHEER, E. M. *História do lixo*. Rio de Janeiro: ELS2 Comunicação, 2009.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; LAVILLE, Jean-Louis. *A Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.
- FRAGA, A. B. *O trabalho de quem vive do lixo: desigualdade social e suas dimensões simbólicas*. *Revista Polêmica*, v. 22, 2007.
- GAIGER, Luiz Inácio. *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *IBGE Cidades*. Esteio, Rio Grande do Sul. Item *População 2010*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=430770>>. Acesso em: 12 jan. 2013.
- LAVILLE, Jean-Louis. Economia Solidária: Um movimento internacional. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. n. 84, p. 7-47, 2009.
- MAZZEI, Bianca Burdini; CRUBELLATE, João Marcelo. Autogestão em empreendimentos econômicos solidários: um estudo comparativo de casos em cooperativas de reciclagem de lixo de Maringá- PR. *Revista Inteligência Organizacional*. v. 1, n. 1, jul-dez. 2011.
- MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro: v.9, n.3, p.239-262, 1993.

- POCHMANN, Márcio. Educação e Trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? *Educação & Sociedade: Revista de Ciência da Educação*, v.25, p. 383-400, maio/agosto 2004.
- PORTILHO, Maria de Fátima Ferreira. *Profissionais do lixo: um estudo sobre as representações sociais de engenheiros, garis e catadores*. Dissertação de Mestrado. Programa EICOS, UFRJ. Rio de Janeiro, 1997.
- ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. *Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertação e estudos de caso*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- SANTOS, Boaventura Sousa. *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004.
- SANTOS, Boaventura Sousa; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.
- SCHEIN, Edgar. *Organizational Culture and Leadership*. 3.ed. San Francisco, Ed. Jossey-Bass, 2004.
- SCHOLZ, Robinson Henrique. *Uma Andorinha Sozinha Não Faz Verão: relações de solidariedade promotoras da liderança solidária compartilhada*. São Leopoldo: UNISINOS, 2009. 187f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2009.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. Trad. Laura Teixeira Motta. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SINGER, Paul. *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.
- SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- STABLEIN, Ralph. Dados em estudos organizacionais. In: CLEGG, Stewart, HARDY, Cynthia, NORD, Walter. *Handbook de Estudos Organizacionais*. São Paulo: Atlas, p. 63 – 88, 2001.
- VALDUGA, V.; OLIVEIRA, L. D. . Patrimônio: o lixo. *MOUSEION*, n.9, jan-jul, 2011.
- VEIGA, Sandra Mayrink. *Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- VEIGA, José Eli da; RATTNER, Henrique. *Desenvolvimento sustentável: Histórico/ Conceito*. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.economia.net/economia/3_desenvolvimento_sustentavel_conceito.html>. Acesso em: 07 de jan. 2013.
- VELLOSO, Marta Pimenta. *Processo de Trabalho da Coleta de Lixo Domiciliar na Cidade do Rio de Janeiro: percepção e vivência dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública – Fiocruz, 1995. 125f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública), Fiocruz, Rio de Janeiro, 1995.
- VERONESE, Marília Veríssimo. *A psicologia na transição paradigmática: um estudo sobre o trabalho na economia solidária*. Porto Alegre: PUCRS, 2004. 226f. Tese (Doutorado em Psicologia), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2004.
- VERONESE, Marília Veríssimo; GUARESCHI, Pedrinho. Possibilidades solidárias e emancipatórias do trabalho: campo fértil para a prática da Psicologia Social Crítica. *Psicologia e Sociedade*. v. 17, n. 2, p. 58-69, mai/ago 2005.
- YIN, Robert K. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. 2 ed. Porto Alegre: Bookmann, 2001.

Recebido em 19/03/2013. Aceito para publicação em 01/04/2013.